



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: CONSUMO

TIPO DE LICITAÇÃO: (X) TRADICIONAL () REGISTRO DE PREÇOS

1. DO OBJETO

1.1. O objeto refere-se à Instalação de piso concregrama e revitalização da área verde - Campus I. Esse objeto consiste em contratação de empresa especializada em demolição e retirada de piso existente, instalação de novo piso no modelo concregrama, além de serviços complementares à revitalização da área verde e paisagística do Campus I da UFVJM situado em Diamantina/MG, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de Serviço Comum de Engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados em Planilha Orçamentária (0107185). Essa Planilha segue como anexo I desse termo de referência.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**

1.5. O contrato tem a vigência contratual determinada, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo da Contratação

O objetivo dessa contratação visa atender aos requisitos mínimos estipulados pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a respeito da área verde do Campus I da UFVJM, que é edifício tombado. Além disso, o serviço visa execução de projeto de paisagismo com o plantio de vegetação e serviços de manutenção civil, que têm como objetivo revitalizar o Memorial/Espaço JK tornando um local agradável e aconchegante à comunidade acadêmica e população de Diamantina/MG.

2.2. Justificativa

De acordo com o Documento SEI! 0102346, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri recebeu recurso a título de emenda parlamentar (40160005) do deputado federal Hercílio Coelho Diniz (MDB / MG), no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) que foi destinado para o calçamento da área interna do campus de Diamantina em Minas Gerais por meio de contratação de pessoa jurídica para calçamento da parte interna do Campus I com material do tipo "Concregrama" em área total aproximada de 540,37 m², tendo como prazo para empenho da referida emenda até o dia 25 de junho de 2020.

A presente contratação visa atender demanda apresentada pela Assessoria de Meio Ambiente, na qual tem como objeto a contratação dos serviços de empresa especializada em demolição e retirada de piso existente, instalação de novo piso no modelo concregrama e plantio de placas de gramas, se faz necessária para a execução do Projeto Paisagístico do Campus I aprovado pelo IPHAN. Além da instalação do piso do tipo concregrama, é objeto dessa execução o plantio de mudas, árvores, e revitalização da área verde e de convivência do campus I, de forma a complementar o projeto paisagístico.

Segundo a Procuradoria Geral Federal (PGF), responsável pelo processo que arrola a UFVJM na adequação do Campus I, no que se refere às áreas verdes, cabe a universidade a execução deste projeto. Esta etapa (execução do Projeto) coloca fim neste antigo processo e trás, além de harmonia entre as instituições envolvidas, o bem estar aos usuários do Campus I, proporcionado pelo incremento do percentual de áreas verdes do Campus em atendimento ao exigido pelo IPHAN. Desta forma, fica evidente que iremos cumprir o nosso dever e toda a comunidade irá se beneficiar do conforto térmico, beleza cênica e de todas as melhorias ambientais trazidas pelo aumento de áreas verdes no Campus I.

No processo SEI! N° 23086.000246/2020-36 consta o histórico referente à execução do projeto paisagístico, sobretudo o Ofício nº 4/2020/AMA (SEI nº 0040375) que apresenta um resumo do histórico, bem como o email (SEI nº 0040438) constante no mesmo processo, onde consta o memorando nº 00282/2019/NMAD/SAP/PFMG/PGF/AGU da Procuradoria Federal que apresenta a UFVJM a aprovação do referido Projeto pelo IPHAN.

A contratação de empresa para realização dessa obra se faz necessária por se tratar de serviço especializado que apresenta particularidades de execução e apresentar um grande volume de serviços e equipamentos característicos. Ademais a UFVJM vem passando por um processo de redução orçamentária e corte de mão de obra terceirizada, caso fosse optar por desenvolver o projeto com sua própria equipe, ela estaria numa posição de dificuldades no tocante ao cumprimento pleno do Projeto num espaço de tempo mais adequado. Desta forma, não há viabilidade de ser executado por pessoal próprio e/ou colaboradores terceirizados da UFVJM.

Ademais, a contratação de uma empresa especializada nos permite que tenhamos resultados mais eficientes, com qualidade de

serviço e materiais e, tudo isso, num espaço de tempo incomparável ao que poderia ser realizado pela própria equipe da UFVJM.

A responsabilidade de realização dessa obra e realização do objeto proposto é da instituição, não cabendo ao IPHAN qualquer ação executória para atendimento às recomendações.

As descrições do Objetivo da Contratação e Justificativas encontram-se pormenorizados em tópicos específicos dos Estudos Preliminares (0105515 - anexo II desse termo de referência), apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares (0105515 - anexo II desse termo de referência), abrange a prestação de serviços de INSTALAÇÃO DE PISO CONCREGRAMA E REVITALIZAÇÃO DA ÁREA VERDE - CAMPUS I, no Campus I da UFVJM localizado na cidade de Diamantina, MG.

3.2. Pretende-se, aqui, estabelecer os conceitos, a forma de execução e materiais adotados para execução do serviço em questão, bem como descrever os sistemas e critérios de instalação.

3.3. O objetivo desse serviço visa atender aos requisitos mínimos estipulados pelo IPHAN a respeito da área verde do Campus I da UFVJM, que é edifício tombado. Além disso, o serviço visa execução parcial de projeto de paisagismo com o plantio de vegetação e serviços de manutenção civil, que têm como objetivo revitalizar o Memorial/Espaço JK tornando um local agradável e aconchegante à comunidade acadêmica e população de Diamantina/MG.

3.4. De acordo com a arquitetura, estrutura propostas e os pré requisitos impostos para atendimento foram levantadas as informações necessárias para executar a retirada de piso e instalação de concregrama, assim como a revitalização da área verde do Campus I.

3.5. Os serviços a serem executados são brevemente apresentados e descritos abaixo:

3.5.1. Execução de piso intertravado de concregrama:

- 3.5.1.1. Retirada de piso existente
- 3.5.1.2. Instalação de blocos do tipo concregrama
- 3.5.1.3. Plantio de grama nos blocos concregrama

3.5.2. Plantio de grama:

- 3.5.2.1. Demolição de piso existente
- 3.5.2.2. Plantio de placas de grama

3.5.3. Plantio de árvores:

- 3.5.3.1. Plantio de mudas de árvores ao redor do espaço em questão

3.5.4. Plantio de mudas de plantas:

- 3.5.4.1. Plantio de mudas de plantas em vasos ou diretamente no solo para cobertura dos balaústres
- 3.5.4.2. Plantio de mudas de plantas em vasos sobre a laje do espaço JK.
- 3.5.4.3. Plantio de mudas de plantas no coreto

3.5.5. Revitalização do espaço JK:

- 3.5.5.1. Retirada de forma e concretagem de rampa
- 3.5.5.2. Pequenos reparos civis
- 3.5.5.3. Instalação de pergolado
- 3.5.5.4. Instalação de conjuntos de mesas

3.5.6. Serviços Gerais:

- 3.5.6.1. Execução de meio fio para acabamento do piso concregrama
- 3.5.6.2. Pintura do espaço
- 3.5.6.3. Instalação de luminárias decorativa
- 3.5.6.4. Instalação de bancos de madeira
- 3.5.6.5. Execução de caixa de passagem ZB

3.6. Levantamento de Demanda:

3.6.1. A demanda foi levantada pela Assessoria de Meio Ambiente da UFVJM para atendimento de requisitos determinados pelo IPHAN. O quantitativo para a troca do piso e implementação da área verde foi estipulado através de Projeto Paisagístico já existente.

3.6.2. A quantidade de mudas, árvores e serviços diferentes do piso concregrama e do plantio de grama, foram levantados pela Assessoria de Meio Ambiente com o auxílio da Diretoria de Infraestrutura

3.6.3. De acordo com o projeto paisagístico serão trocados aproximadamente 2000 m² de piso existente no campus I, apontados em projeto paisagístico. Com isso serão instalados aproximadamente 540m² de piso concregrama e plantados mais de 1400m² de grama

3.6.4. Os serviços civis de pequenos reparos, assim como o plantio de mudas, árvores, instalação de bancos, luminárias e pergolado, terão seus locais de instalação e execução indicados pela fiscalização.

3.7. Os serviços relacionados no item 3.5 serão abaixo descritos conforme:

3.7.1. Execução de Piso Intertravado de Concregrama:

3.7.1.1. Primeiramente é necessária a retirada de piso existente. O piso existente é composto por bloquetes intertravados e piso cimentado. O piso de bloquete a ser retirado é de aproximadamente de 1116 m².

3.7.1.2. O bloquete retirado deve ser transportado até o campus JK, localizado também em Diamantina. Parte da área que teve o piso retirado deve ser preenchido com blocos do tipo concregrama. A área aproximada que deve ser preenchida com concregrama é de 540m². Os blocos de concregrama devem ser preenchidos com grama. O terreno deve ser compactado e nivelado. Os locais para instalação desse tipo de piso é indicado em projeto e será orientado pela fiscalização da UFVJM.

3.7.2. Plantio de Grama:

3.7.2.1. Para o plantio de grama será necessário a demolição de quase 400 m² de piso cimentado. A área restante onde será retirado o bloco intertravado, juntamente com a área onde será demolido o piso, deverá ser preenchida com o plantio de placas de grama. A área total onde será feito o plantio de grama é de aproximadamente 1500 m². deverá ser feito revolvimento e limpeza manual do solo de aproximadamente 245m². As áreas a serem feitos o plantio são indicadas em projeto e terá orientação da fiscalização.

3.7.3. Plantio de Árvores:

3.7.3.1. Será feito o plantio de árvores no espaço em torno de onde será feito a troca dos pisos. Ao todo serão 8 unidades de árvores, sendo 3 da espécie ipê amarelo, 2 ipê jardim e 3 babosa branca. Os locais para plantio e a disposição dessas árvores será indicado pela fiscalização.

3.7.4. Plantio de Mudas de Plantas:

3.7.4.1. Será feito o plantio de mudas de plantas com objetivos variados, mais precisamente em se tratando da cobertura dos balaústres, estes serão cobertos com as trepadeiras indicadas no projeto (alamandas amarelas e roxas, mandevillas brancas, rosas e vermelhas, todas adultas e com flor) e na dúvida, a fiscalização deverá ser consultada. Na maior parte das áreas não existe possibilidade de plantio em solo, assim, as plantas deverão estar em vasos, com distâncias aproximadas de três metros entre os mesmos. Estes vasos deverão corresponder ao modelo Vaso Grafiato Cônico tamanho 85. O material do vaso deverá ser, preferencialmente, de plástico pelo menor acréscimo de peso sobre as estruturas suspensas. Nos locais com solo próximo aos balaústres as plantas serão plantadas em solo. A quantidade de mudas e vasos a serem usados são quantizadas a seguir.

3.7.5. Cobertura do Balaústre:

3.7.5.1. Na cobertura dos balaústres serão colocados vasos e plantadas conforme especificado acima, com os quantitativos a seguir:

- Alamandas amarelas: 110 unidades
- Alamandas roxas: 50 unidades
- Mandevila branca: 30 unidades
- Mandevila rosa: 25 unidades
- Mandevila vermelha: 60 unidades
- Vaso grafiato cônico tamanho 85: 110 unidades

3.7.5.2. Os locais exatos para plantio, assim como a disposição das mesmas será indicado pela fiscalização.

3.7.6. Coreto:

3.7.6.1. No coreto serão colocados vasos e plantadas de roseiras trepadeiras de rosas em cachos brancas ou amarelas e fixadas em treliças para apoio das roseiras. Os quantitativos estão abaixo:

- Plantio de rosas trepadeiras de cor amarela e branca: 12 unidades
- Vaso grafiato cônico tamanho 85: 6 unidades

3.7.6.2. Os locais exatos para plantio, assim como a disposição das mesmas será indicado pela fiscalização.

3.7.7. Vasos sobre a laje do Espaço JK

3.7.7.1. Sobre a laje deverão ser colocados cinco arranjos com três vasos maiores e três menores. Os maiores terão os seguintes tamanhos: vasos de tamanho compatível com os modelos Vaso Classic redondo tamanho 62, Vaso Classic Cônico tamanho 90 e Vaso Grafiato Oval tamanho 58, com as plantas palmeira latânia vermelha (*Latania commersonni*) com altura mínima aproximada de 1 metro, mini bambu (*Fargesia adpressa*) com altura mínima aproximada de 60 cm e palmeira garrafa (*Hyophorbe lagenicaulis*) com altura mínima aproximada de 80 cm. O três vasos menores serão de

tamanho único: Vaso Classic Redondo tamanho 33 com clívias (Clivia miniata), duas rosetas (mudas) adultas por vaso. Os quantitativos seguem abaixo:

- Plantio de Palmeira garrafa: 5 unidades
- Plantio de mini bambu: 5 unidades
- Plantio de Palmeira latânia vermelha: 5 unidades
- Plantio de clívias: 30 unidades
- Vaso classicredondo tamanho 62: 5 unidades
- Vaso classic cônico tamanho 90: 5 unidades
- Vaso grafiatooval tamanho 58: 5 unidades
- Vaso classic redondo tamanho 33: 15 unidades

3.7.7.2. Os locais exatos para plantio, assim como a disposição das mesmas será indicado pela fiscalização.

3.7.8. Revitalização do Espaço JK

3.7.8.1. Serão feitos pequenos reparos civis no espaço JK, além disso serão feitos o plantio de algumas plantas, instalação de conjuntos de mesas e um pergolado com cobertura de uma chapa de policarbonato.

3.7.8.2. Deverá ser executado 16,55m³ de demolição de pilares, vigas e lajes em concreto armado no espaço JK. Além disso serão executados 1,32 m³ de concretagem de pilares, vigas e lajes em concreto armado no Memorial/Espaço JK. Os pilares e vigas serão construídos para sustentação e travamento das alvenarias e a laje será executado na rampa de acesso para o pergolado.

3.7.8.3. As pedras decorativas São Tomé, total de 135 m², e Granito, total de 4,25 m², serão assentadas no Memorial/Espaço JK em pilares, paredes e pisos. Nestes locais não possuem essas pedras vindo a causar um grande “poluição” visual e efeito negativo no local.

3.7.8.4. A instalação de pergolado de madeira de cumaru tratado, incluso grade de jardim e envernizamento, será instalado em local indicado pela fiscalização. Sob a estrutura de madeira (pergolado) deverá ser instalado uma chapa de policarbonato com inclinação para escoamento de água de chuva. O pergolado será composto pelas seguintes mudas: jasmim estrela, total de 10 unidades, e de rosas trepadeiras cor rosa ou vermelha, num total de 8 unidades. A indicação do local e da disposição das mesmas será feita pela fiscalização.

3.7.8.5. Os conjuntos de mesas de concreto com dois bancos, com quantidade igual a 10 conjuntos, serão instalados em locais indicados pela fiscalização.

3.7.9. Serviços Gerais

3.7.9.1. Esses serviços incluem execução de meio-fio para acabamento de piso que será trocado, pintura do espaço, pequenos reparos em concreto, instalação de luminárias para jardim, execução de uma caixa de passagem do tipo ZB e instalação de bancos de jardim em madeira.

3.7.9.2. Será executado um total de 175m de meio-fio para compor o acabamento do piso concregrama. Os locais para execução serão indicados pela fiscalização.

3.7.9.3. A pintura será feita em diversas paredes de edifícios, paredes do espaço JKe onde serão feitas as modificações Os locais a serem pintados serão indicados pela fiscalização.

3.7.9.4. Pequenos reparos em concreto serão indicados pela fiscalização para serem corrigidos também. Ao todo serão 7,95m³ de concreto.

3.7.9.5. Deverão ser fornecidas 25 luminárias do tipo poste com globo branco leitoso. Deverá ser provido apenas o fornecimento, a instalação será feita posteriormente por equipe da UFVJM. Os materiais deverão ser entregues a fiscalização.

3.7.9.6. Deverá ser feita a retirada de uma caixa de passagem do tipo ZB que está destruída e executada nova caixa ZB que será indicada pela fiscalização.

3.7.9.7. Deverão ser instalados 20 bancos de jardim em madeira e pé de ferro em locais indicados pela fiscalização.

3.8. Execução e Controles Gerais

3.8.1. Responsabilidades:

3.8.1.1. Na existência de serviços não descritos, a CONTRATADA somente poderá executá-los após aprovação da FISCALIZAÇÃO. A omissão de qualquer procedimento técnico, ou normas neste ou nos demais memoriais, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes, NBR's, ND's e ED's CEMIG e demais pertinentes.

3.8.1.2. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, do contrato, do edital, dos projetos, das especificações técnicas, dos memoriais, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, NBR's, ND's e ED's CEMIG e outras normas pertinentes. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

3.8.1.3. Quaisquer divergências devem ser resolvidas antes do início das obras e serviços

3.8.1.4. A CONTRATADA deverá montar os suportes, acessórios, complementos e materiais necessários às instalações elétricas, conforme projeto fornecido, de modo a torná-las completas, sem falhas ou omissões que venham a prejudicar o perfeito funcionamento dos conjuntos.

3.8.1.5. Serão de fornecimento da CONTRATADA, quer constem ou não nos desenhos referentes a cada um dos serviços, os seguintes materiais:

- Materiais para complementação de tubulações, etc., tais como: abraçadeiras, chumbadores, parafusos, porcas e arruelas, arames galvanizados para fiação e guias, material de vedação de roscas, graxa, talco, barras roscadas, parabol, etc.
- Materiais para complementarão de fiação, tais como: conectores, terminais, fitas isolantes, massas isolantes e de vedação, materiais para emendas e derivações, etc.
- Materiais para uso geral, tais como: eletrodo de solda elétrica, oxigênio e acetileno, estopa, folhas de serra, cossinetes, brocas, ponteiros, etc.

3.8.1.6. Todas as instalações, constantes do objeto, deverão ser executadas com esmero e bom acabamento com todos os condutores, condutos e equipamentos cuidadosamente instalados em posição firmemente ligados às estruturas de suporte e aos respectivos pertences, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa aparência.

3.8.1.7. Todas as instalações deverão estar de acordo com os requisitos da ABNT, materiais aprovados pela ABNT, INMETRO e CEMIG, e deverão ser executadas de acordo com o desenho fornecido e padrões aprovados pela CEMIG e demais concessionárias de serviço público. Todos os equipamentos e materiais danificados durante o manuseio ou montagem, deverão ser substituídos ou reparados às expensas da CONTRATADA e à satisfação da FISCALIZAÇÃO.

3.8.1.8. As discrepâncias porventura existentes entre os projetos, os memoriais e as especificações deverão ser apresentadas antecipadamente à FISCALIZAÇÃO, antes de sua execução, para decisão.

3.8.1.9. A FISCALIZAÇÃO ou seus prepostos poderão inspecionar e verificar qualquer trabalho de construção e montagem, a qualquer tempo e, para isso, deverão ter livre acesso ao local dos trabalhos.

3.8.1.10. Deverão ser fornecidos todos os meios necessários a tais inspeções, bem como para a execução de ensaios e coleta de informações relacionadas com o serviço.

3.8.1.11. Ao final da obra, a CONTRATADA deve elaborar o projeto elétrico "as Built" da edificação e entregar à fiscalização.

3.8.2. Acompanhamento

3.8.2.1. Os serviços serão fiscalizados pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, através da Diretoria de Infraestrutura por meio da equipe de FISCALIZAÇÃO.

3.8.2.2. Os serviços serão conduzidos por pessoal pertencente à CONTRATADA, competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo da obra, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca.

3.8.2.3. A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA, deverá estar sempre a cargo de profissionais, devidamente habilitados e registrados no CREA, com visto no Estado de Minas Gerais, quando for o caso, e que no caso da CONTRATADA deverá ser o ou os responsáveis técnicos, cujos currículos serão apresentados no ato da licitação, e no caso da equipe FISCALIZAÇÃO serão indicados pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e oficializado através de Portaria.

3.8.2.4. A CONTRATADA não poderá executar, qualquer serviço que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência e necessários ao andamento ou segurança da obra. As autorizações para execução dos serviços serão efetivadas através de anotações no "Diário de Obra".

3.8.2.5. É imprescindível que seja instalada placa de obra em local visível, porém por se tratar de prédio tombado a mesma não poderá ficar na faixa da obra. O local de instalação deverá ser aprovado pela fiscalização.

3.8.2.6. Segurança em Geral:

- Todos os serviços deverão ser sinalizados, através de placas, quanto à movimentação de veículos, indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes.
- Todos os panos, estopas, trapos oleosos e outros elementos que possam ocasionar fogo deverão ser mantidos em recipiente de metal e removidos, cada noite, e sob nenhuma hipótese serão deixados acumular. Todas as precauções deverão ser tomadas para evitar combustão espontânea.

3.8.2.7. Cabe à CONTRATADA toda a responsabilidade por quaisquer desvios ou danos, furtos, decorrentes da negligência durante a execução das obras até a sua entrega definitiva.

3.8.2.8. Deverá ser obrigatória, pelo pessoal da obra, a utilização de equipamentos de segurança, como botas, capacetes, cintos de segurança, óculos, máscaras e demais proteções de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho.

3.8.2.9. É de responsabilidade da CONTRATADA o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) para execução dos trabalhos e das condições de segurança e higiene, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus empregados.

3.8.2.10. Limpeza Geral e Remoção do Entulho:

- Para assegurar a entrega da obra em perfeito estado, deverá ser executada a limpeza e remoção de quaisquer detritos, materiais e equipamentos, remanescentes que a Fiscalização determinar.
- Deverão ser executadas as limpezas periódicas durante o decorrer da obra para manter a organização e conservação dos materiais utilizados. Todo o entulho deverá ser removido da obra pela CONTRATADA.

3.8.2.11. Será considerada finalizada a obra após inspeção da Fiscalização da Universidade e aceitação dos serviços realizados, ficando a Contratada responsável legalmente, nos termos de normas e do Código de Defesa do Consumidor, pela qualidade dos serviços e reparos necessários decorrentes a problemas relativos à má execução não perceptíveis imediatamente após a exclusão dos serviços

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares (0105515 - anexo II desse termo de referência), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Trata-se de serviço comum de engenharia.
- 5.1.2. Trata-se de prestação de serviço não continuado.
- 5.1.3. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão descritas nos itens de 10.39 a 10.42 deste Termo de Referência.
- 5.1.4. O contrato terá início após finalizado o processo de contratação.
- 5.1.5. Os serviços serão executados no Campus I, localizado no município de Diamantina/MG.
- 5.1.6. Os serviços deverão ter garantia mínima de 03 anos.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. **VISTORIA**

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail meioambiente@ufvjm.edu.br.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da contratação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação

7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. O prazo para execução do objeto será de 3 (três) meses, contados a partir da comunicação, pela Administração, para execução dos trabalhos.
- 7.1.2. Os serviços serão executados no campus I, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), no endereço: Rua da Glória, nº 187, Bairro Centro, CEP 39100-000, Diamantina - MG.
- 7.1.3. O horário para execução dos serviços dar-se-á durante o turno compreendido entre as 8:00 até as 17:00 horas.
- 7.1.4. Para a prestação de serviços referentes ao objeto da contratação, não serão admitidas subcontratações parciais dos mesmos.
- 7.1.5. O cronograma (SEI! 0107197) de execução dos serviços segue anexo a este Termo de Referência. Neste, consta todas as tarefas concernentes ao objeto de contratação com seus respectivos prazos.
- 7.1.6. O projeto básico (0105950) e o memorial descritivo (106800) indicam os detalhamentos da execução.

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

- 8.1. A execução do Contrato e a respectiva prestação dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por servidores (Fiscais do Contrato e substitutos) a serem designados pela Pró-Reitoria de Administração/UFVJM, na condição de representantes da CONTRATANTE.
- 8.2. Será designado um Fiscal Técnico, um Fiscal Administrativo, o Gestor do Contrato e respectivos substitutos para o Contrato celebrado.
- 8.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscais e substitutos designados.
- 8.4. Ao Fiscal compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do Contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 8.5. Ao final de cada mês, conforme previsto no cronograma físico financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 8.6. A CONTRATADA deverá efetuar a medição, no último dia de mês, definido no cronograma físico financeiro, devendo fazer a entrega do documento, à FISCALIZAÇÃO, no primeiro dia útil subsequente.
- 8.7. A FISCALIZAÇÃO terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.
- 8.8. Caso seja constatada alguma irregularidade, na mediação apresentada, a empresa deverá proceder às alterações, suspendendo-se o prazo estipulado no item acima, que voltará a correr, por inteiro, após novo recebimento da medição.
- 8.9. A aprovação da medição prévia, apresentada pela Contratada, não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.
- 8.10. Perdas, sobras, quebras de unidades, ineficiência de mão de obra e outros deverão ser considerados na composição de custos unitários, não sendo, em hipótese alguma, considerados na medição.
- 8.11. Poderão ser medidos serviços executados antecipadamente ao previsto no cronograma para compensar outros em atraso, desde que o valor total da medição não ultrapasse o total previsto no mês e não haja prejuízo da qualidade e do bom andamento do serviço.
- 8.12. Poderá ser ultrapassado o limite previsto no item anterior desde que atenda a qualquer das hipóteses abaixo:
- 8.12.1. O valor a ser faturado corresponda aos valores em atraso de etapas anteriores acrescidos dos previstos na etapa.
- 8.12.2. Antecipação de serviços previstos no cronograma, desde que previamente autorizados pela CONTRATANTE.
- 8.13. Para o pagamento dos itens a seguir serão observados: Poderá ser ultrapassado o limite previsto no item anterior desde que atenda a qualquer das hipóteses abaixo:
- 8.13.1. O pagamento do item Administração Local será feito na proporção da execução financeira dos serviços, de forma a garantir que a obra chegue ao fim juntamente com a medição e o pagamento de 100% deste item;
- 8.13.2. O pagamento do item Instalação de Canteiro e Acampamento será feito conforme previsto no cronograma de desembolso da obra;
- 8.13.3. O pagamento do item Mobilização e Desmobilização será feito na proporção da execução física desses serviços, ou seja, considerando o conjunto de equipamentos e pessoal mobilizados, e conforme previsto no cronograma de desembolso.
- 8.14. A CONTRATANTE se reserva o direito de descontar das faturas mensais os eventuais débitos da CONTRATADA relacionados com o serviço, tais como multas, danos e prejuízos contra terceiros e outros que sejam devidos.
- 8.15. Aprovada a medição pela FISCALIZAÇÃO, poderá a CONTRATADA emitir e apresentar a respectiva nota fiscal, devidamente acompanhada dos demais documentos pertinentes abaixo relacionados.
- 8.16. A CONTRATANTE somente efetuará pagamentos mediante apresentação da Nota fiscal, com o devido "atesto" do fiscal, consignando as seguintes informações: objeto do contrato, número do contrato, dados bancários para depósito, o valor do material e mão de obra empregada e ainda, da documentação abaixo legalmente exigida para a sua liberação:
- 8.16.1. Para primeira medição:
- 8.16.1.1. Comprovante inscrição do serviço na Previdência Social - formulário abertura da CEI devidamente preenchido;
- 8.16.1.2. GFIP's com competência entre a data de abertura da CEI e a atual, referente a CEI do serviço e contendo, no mínimo, as folhas de Conectividade Social, GRF, RE, Comprovante de Declaração à Previdência Social, Resumo das Informações a Previdência Social, RET e Resumo RET;
- 8.16.1.3. GPS's com competência entre a data de abertura da CEI e a atual;
- 8.16.1.4. Comprovante de pagamento das GRF's e GPS's supracitadas.
- 8.16.2. Para as demais medições:
- 8.16.2.1. GFIP's com competência entre a última Nota Fiscal paga e a atual, referente a CEI da obra e contendo, no mínimo, as folhas de Conectividade Social, GRF, RE, Comprovante de Declaração à Previdência Social, Resumo das Informações a Previdência Social, RET e Resumo RET;

- 8.16.2.2. GPS's com competência entre a última Nota Fiscal paga e a atual;
- 8.16.2.3. Comprovante de pagamento das GRF's e GPS's supracitadas;
- 8.16.2.4. Listagem dos empregados enviada ao Seguro com competência entre a última Nota Fiscal paga e a atual;
- 8.16.3. Para última medição (além da documentação mencionada no item 8.16.1):
 - 8.16.3.1. CND da matrícula CEI do serviço junto ao INSS (quando não houver acréscimo de área) e a CND junto ao INSS de averbação do imóvel (quando houver ampliação ou novo serviço);
 - 8.16.3.2. Laudo Técnico da FISCALIZAÇÃO comprovando que 100% do serviço foi executada;
 - 8.16.3.3. Termo de Recebimento Provisório do serviço emitido.
- 8.17. Para fins de fiscalização a CONTRATANTE solicitará, mensalmente, por amostragem, que a CONTRATADA apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias, em especial, quanto:
 - 1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - 2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
 - 3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 4. aos depósitos do FGTS; e
 - 5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 8.18. A CONTRATANTE irá verificar, ainda, o cadastro da CONTRATADA no SICAF, devendo este estar regular durante toda a vigência contratual.
 - 8.18.1. Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será advertida, por escrito, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação junto ao seu órgão cadastrador, ou no mesmo prazo apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato;
 - 8.18.2. O prazo descrito na alínea anterior poderá ser prorrogado a critério da CONTRATADA;
 - 8.18.3. Caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF, ou apresente defesa no prazo descrito na alínea "a", será providenciada a abertura de processo administrativo visando a aplicação das penalidades cabíveis;
 - 8.18.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize a sua situação no SICAF;
 - 8.18.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.
- 9. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
 - 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
 - 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
 - 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
 - 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
 - 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
 - 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

9.11.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

9.11.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

9.11.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

9.11.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

9.11.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

9.11.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

10.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

10.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 10.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 10.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 10.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 10.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 10.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 10.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 10.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 10.34. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010)
- 10.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 10.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 10.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 10.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;
- 10.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição,

mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- 10.39.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 10.39.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
 - 10.39.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;
 - 10.39.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 10.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 10.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - 10.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - 10.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
 - 10.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - 10.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - 10.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas
- 10.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 10.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;
- 10.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 10.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
 - 10.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
 - 10.41.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 10.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;
- 10.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 10.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);
- 10.45. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e

estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

10.46.

11. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato

12.9. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidor(es) devidamente designado(s) através de portaria Institucional, para esse fim, permitida a assistência de terceiros, denominados neste Contrato de FISCALIZAÇÃO, possuindo poderes para:

12.9.1. Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado;

12.9.2. Recusar qualquer serviço ou material que não se enquadre nas especificações e padrões exigidos pela CONTRATANTE;

12.9.3. Atestar a conformidade do(s) serviço(s) executado(s) pela CONTRATADA;

12.9.4. Decidir com o representante da CONTRATADA, todas as questões que surgirem durante a execução da obra;

12.9.5. Emitir Laudo Técnico de Comprovação de 100% de execução do serviço e Termo de Recebimento Provisório juntamente com a última medição

12.9.6. O Fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei 8.666/93.

12.10. Durante o prazo de garantia do serviço serão adotados, pela fiscalização da UFVJM, os seguintes procedimentos (Acórdão TCU 853/2013-Plenário):

12.10.1. Notificação do contratado quando defeitos forem observados no serviço durante o prazo de garantia, certificando-se de que as soluções propostas sejam as mais adequadas.

12.10.2. Ajuizamento de ação judicial casos os reparos não sejam iniciados pela contratada.

12.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

13.1.1. **O término das obras e dos serviços deve ser caracterizado pela comunicação escrita da contratada ao órgão, que deve ser feita dentro do prazo de execução contratual fixado no instrumento convocatório ou respectivos anexos (alínea a do inciso I do artigo 73 da Lei n.º 8.666/1993). Se a comunicação não vier a ser feita nesse prazo, a contratada incorre automaticamente em mora, sendo, pois, cabíveis as penalidades administrativas.**

13.1.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

13.1.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

13.1.2.2. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

13.1.3. **Após a comunicação de término dos serviços, a fiscalização deve realizar a vistoria no local da obra ou serviço e emitir Termo de recebimento Provisório em até quinze dias da data da referida comunicação – assinado por ambas as partes contratantes, que pode vir a consignar ou não pendências em relação ao objeto contratado:**

13.1.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários:

13.1.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

13.1.3.3. **Se o termo de Recebimento Provisório consignar pendências em relação à obra ou serviço, deve ser fixado pela fiscalização, no próprio Termo, prazo compatível com as intervenções a serem realizadas tais como reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições relativas ao objeto contratado (art. 69 da Lei n.º 8.666/1993), limitado, em regra, a trinta dias.**

13.1.3.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

13.1.3.5. **Concluídos os trabalhos pela contratada dentro do prazo fixado, deve ser emitida nova comunicação escrita à fiscalização para uma segunda vistoria.**

13.1.3.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

13.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

13.1.5. **Após a comunicação interna do fiscal ou do Termo de Recebimento Provisório (na hipótese deste não consignar pendências), deve-se dentro do prazo de quinze dias observarem o funcionamento dos equipamentos, instalações, obras ou serviços. Após esse prazo será concluída a vistoria para fins de recebimento definitivo por servidor ou comissão designada previamente pela autoridade competente (alínea b do inciso I do artigo 73 da Lei n.º 8.666/1993). Se novas pendências forem detectadas, deve ser concedido novo prazo para adequação, até 15 dias, não importando em penalização da contratada.**

13.1.5.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

13.1.5.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

13.1.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.2. No prazo de até 90 (noventa) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.2.4. O recebimento provisório da última etapa da obra é condicionada, além da execução do objeto em si, à entrega dos “as built”.

13.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.4.1. Somente após o recebimento definitivo deverá ser providenciado o pagamento do saldo existente em relação ao valor contratual e liberada a garantia (§ 4º do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993). A vigência dessa garantia, portanto, no caso de utilização da modalidade seguro-garantia, deverá estender-se até o recebimento definitivo da obra.

13.5. Das medições:

13.5.1. A CONTRATADA apresentará, na forma de Relatório, após o início efetivo da execução dos serviços, medição periódica dos serviços executados e dos materiais empregados, para a Fiscalização da Contratante conferir, servindo o mesmo como fundamento da Nota Fiscal de cobrança, a ser emitida pela Contratada a cada medição. Serão efetuadas no máximo três (3) medições, já incluída a última que coincidirá com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

13.5.2. As medições deverão conter somente os materiais e serviços efetivamente empregados e/ou realizados, vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura.

13.5.3. A soma dos valores dos pagamentos das faturas emitidas até a última medição não poderá ser superior a 90 % (noventa por cento) do valor global do contrato.

13.5.4. O saldo restante só poderá ser liberado após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, não podendo seu valor ser inferior a 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

13.5.5.

14. TÉRMINO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. Comunicação do término do serviço:

14.1.1. Executado o serviço, estando o mesmo em condições de ser recebido, a CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO, por escrito e dentro do prazo contratual, a fim de que seja realizada VISTORIA para fins de Recebimento Provisório.

14.1.2. A emissão da comunicação acima referida fora do prazo contratual caracterizará atraso, sujeitando a Contratada às penalidades cabíveis previstas em Contrato.

14.2. Recebimento provisório:

14.2.1. Constatada a condição de conclusão do objeto através da VISTORIA, em até 15 (quinze) dias contados a partir do término do serviço, a FISCALIZAÇÃO emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

14.2.2. Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida no item 14.1.1, o que implicará não emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO SERVIÇO e na caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo contratual.

14.2.3. Se porventura, durante a VISTORIA para o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, a Fiscalização constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO SERVIÇO, lista de pendências concedendo-se prazo compatível, de até 30 (trinta) dias da data da emissão do Termo, para a Contratada, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.

14.2.4. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo fixado acima, por escrito, comunicado à Fiscalização solicitando a realização de nova VISTORIA.

14.2.5. Constatada a conclusão das pendências na nova VISTORIA, a FISCALIZAÇÃO emitirá comunicado interno, em até 5 (cinco) dias da comunicação da contratada, para que sejam efetuadas as providências com vistas ao RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.2.6. Se porventura, durante a NOVA VISTORIA, verificar-se que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

14.3. Recebimento definitivo:

14.3.1. No prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório (se não houver pendências) ou da comunicação da FISCALIZAÇÃO referida no item 14.2.5., será observado o funcionamento/ produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada VISTORIA por servidor ou comissão designada pela Administração, com vistas à emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.3.2. Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 15 (quinze) dias contados da VISTORIA, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

14.3.3. Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da CONTRATADA, será efetuada VISTORIA FINAL e após a verificação da perfeita adequação do serviço aos termos do presente Projeto Básico, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO SERVIÇO, em até 10 (dez) dias da comunicação da contratada. O não cumprimento do prazo a que se refere o item 14.3.2. caracterizará atraso.

14.3.4. **Após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO SERVIÇO, em consonância com os regramentos anteriormente definidos, poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.**

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.4.1. o prazo de validade;
- 15.4.2. a data da emissão;
- 15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 15.4.5. o valor a pagar; e
- 15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 15.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 15.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.;

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice

I = 0,00016438			
I = (TX)	I =	(6 / 100)	TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.1.1. Não se tratar de execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;

17.1.2. Devido o fato de o objeto do contrato, os procedimentos de execução e os quantitativos serem detalhados no projeto básico (0105950), nas planilhas orçamentárias (0107185 anexo I desse termo de referência) e no memorial descritivo (0106800).

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. fraudar na execução do contrato;

18.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. cometer fraude fiscal;

18.1.6. não manter a proposta.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa de:**

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

18.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução	02

	complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 18.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente

- 18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (DEZ) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 19.3.1. Atestado(s) (ou declaração(ões) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços com objeto similar ao dessa contratação;

- 19.3.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
- 19.3.3. Indicação do nome de Responsável Técnico, responsável pela execução das obras, devidamente comprovada através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho;
- 19.3.4. Registro da Empresa no CREA ou CAU, bem como do Responsável Técnico pela execução da obra;
- 19.3.5. Relação explícita e declaração formal da disponibilidade para cumprimento das exigências mínimas relativas às instalações de canteiros, máquinas, equipamentos, transporte e alojamento para pessoal, pessoal técnico especializado considerado essencial para o cumprimento do objeto da Licitação;
- 19.3.6. Declaração de que recebeu e tomou conhecimento de toda documentação necessária à elaboração da proposta
- 19.3.7. Declaração de que tem conhecimento de todas as peculiaridades e condições locais, com vistas à execução do objeto da Licitação em epígrafe, bem como as condições de acesso, instalação do canteiro, depósito, alojamento, água, energia, mercado de materiais e disponibilidade de mão de obra etc;
- 19.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 19.4.1. Valor Global: **R\$ 293.542,18** (Duzentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos)
- 19.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição (0107192) de preços anexa ao edital.
- 19.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço**.
- 19.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 20.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo: **R\$ 293.542,18** (Duzentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos)
- 20.2. Tal valor foi obtido a partir das planilhas de referência: SINAPI, SETOP e SICRO3. Em consonância com os preceitos do Decreto nº7.983/13 e em conformidade com os dispostos na IN 05/2014.
- 20.3. Além das planilhas de referência, foram feitas pesquisas de mercado para os itens que não constavam nessas planilhas. Esses orçamentos são detalhados nos documentos SEI! (0106533) e (0105893).
- 20.4. As planilha orçamentária contendo todos as composições baseadas nas planilhas de referência, juntamente com os itens de pesquisa de mercado, estão detalhados na planilha analítica (0107192) anexa a esse processo.
- 20.5. Os preços unitários constantes na planilha orçamentária representam o preço máximos para cada item da planilha orçamentária.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 21.1. A dotação orçamentária será apresentada pela Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) em documento separado no processo.

21.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos

- Estudos Preliminares 0105515 - anexo II desse termo de referência
- Planilha sintética 0107185 anexo I desse termo de referência
- Planilha analítica 0107192
- Cronograma 0107197
- ART de elaboração da planilha 0106440
- Memorial descritivo 0106800
- Especificação técnica 0106803
- Orçamentos/ Pesquisa de mercado 0106533
- Projeto básico 0105950
- Declaração de composição de custos 0105893
- Declaração de legalidade das pesquisas 0105901
- BDI 0105958
- Encargos Sociais 0105963

Diamantina, 07 de agosto de 2020

Celmo Aparecido Ferreira - SIAPE 2582565
Assessor de Meio Ambiente
Portaria nº 22 de 07/01/2020

ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI CAMPUS PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK - DIAMANTINA - MG INSTALAÇÃO DE PISO CONCREGRAMA E REVITALIZAÇÃO DA ÁREA VERDE - CAMPUS I PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	P. TOTAL UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE OBRA					
1.1	MOB-DES-005	OBRAS ATÉ O VALOR DE 1.000.000,00	%	0,50%	R\$ 230.293,91	R\$ 1.151,47
CUSTO TOTAL DO ITEM 01						R\$ 1.151,47
2	CANTEIRO DE OBRAS					
2.1	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	2,20	R\$ 312,14	R\$ 686,71
CUSTO TOTAL DO ITEM 02						R\$ 686,71
3	ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
3.1	93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	3,00	R\$ 6.097,01	R\$ 18.291,03
CUSTO TOTAL DO ITEM 03						R\$ 18.291,03
4	EXECUÇÃO DE PISO INTERTRAVADO EM CONCREGRAMA					
4.1	COMP. 01	RETIRADA, REMOÇÃO E EMPILHAMENTO DE PISO INTERTAVADO	M2	1.116,42	R\$ 16,54	R\$ 18.465,59
4.2	COMP. 02	REGULARIZAÇÃO, NIVELAMENTO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO COM PLACA VIBRATÓRIA	M2	1.116,42	R\$ 1,94	R\$ 2.163,18
4.3	92392	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO PISOGRAMA DE 35 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	M2	540,37	R\$ 56,71	R\$ 30.644,38
4.4	98503	PLANTIO DE GRAMA EM PAVIMENTO CONCREGRAMA. AF_05/2018	M2	540,37	R\$ 12,39	R\$ 6.695,18
4.5	5914336 (SICRO 3)	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 12M³ - RODOVIA PAVIMENTADA (AREIA) (DMT = 33 KM) - Gouveia	T X KM	573,31	R\$ 0,37	R\$ 212,12
4.6	72884	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA (DMT = 8,5 KM) - Transporte do bloquete do Campus I para o Campus JK	M3 X KM	1.062,83	R\$ 0,71	R\$ 754,61
CUSTO TOTAL DO ITEM 04						R\$ 58.935,06
5	EXECUÇÃO DE PLANTIO DE GRAMA					
5.1	DEM-PIS-005	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO OU CONTRAPISO DE ARGAMASSA ESPESSURA MÁXIMA DE 10CM, INCLUSIVE AFASTAMENTO	M2	385,85	R\$ 12,05	R\$ 4.649,49
5.2	98519	REVOLVIMENTO E LIMPEZA MANUAL DE SOLO. AF_05/2018	M2	244,28	R\$ 1,33	R\$ 324,89
5.3	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	1.489,81	R\$ 7,71	R\$ 11.486,44
CUSTO TOTAL DO ITEM 05						R\$ 16.460,82
6	PLANTIO DE ARVORE					
6.1	98516	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018 (IPÊ AMARELO)	UND	3,00	R\$ 235,94	R\$ 707,82
6.2	98516	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018 (IPÊ DE JARDIM)	UND	2,00	R\$ 235,94	R\$ 471,88
6.3	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018 (BARBOSA BRANCA)	UND	3,00	R\$ 105,74	R\$ 317,22
CUSTO TOTAL DO ITEM 06						R\$ 1.496,92
7	REVITALIZAÇÃO ESPAÇO JK - PARTE SUPERIOR					
7.1	97627	DEMOLIÇÃO DE PILARES, VIGAS E PISOS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	13,45	R\$ 179,74	R\$ 2.417,50
7.2	90856	CONCRETAGEM DE LAJES EM EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES FEITAS COM SISTEMA DE FÔRMAS MANUSEÁVEIS, COM CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK 20 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2015	M3	3,10	R\$ 354,94	R\$ 1.100,31
7.3	92722	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MAIOR QUE 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_12/2015	M3	1,32	R\$ 342,16	R\$ 451,65
7.4	92786	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	17,95	R\$ 8,27	R\$ 148,45
7.5	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	25,78	R\$ 7,15	R\$ 184,33
7.6	92784	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	4,56	R\$ 9,91	R\$ 45,19
7.7	COMP. 04	FORMAS MANUSEÁVEIS PARA PAREDES DE CONCRETO, REAPROVEITAMENTO 3X (PILARES, VIGAS E VIGAS DE TRAVAMENTO)	M2	35,79	R\$ 11,12	R\$ 397,98
7.8	87525	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19CM (ESPESSURA 14CM, BLOCO DEITADO) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	M2	37,20	R\$ 93,08	R\$ 3.462,58

8.3	COMP. 14	PLANTIO DE MANDEVILA BRANCA	UND	30,00	R\$ 43,82	R\$ 1.314,60
8.4	COMP. 15	PLANTIO DE MANDEVILA ROSA	UND	25,00	R\$ 43,82	R\$ 1.095,50
8.5	COMP. 16	PLANTIO DE MANDEVILA VERMELHA	UND	60,00	R\$ 43,82	R\$ 2.629,20
8.6	COMP. 17	VASO GRAFIATO CÔNICO TAMANHO 85 (PREF. PLÁSTICO), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	110,00	R\$ 258,66	R\$ 28.452,60
CUSTO TOTAL DO ITEM 08						R\$ 37.618,60
9	PLANTIO DE MUDAS - CORETO					
9.1	COMP. 17	VASO GRAFIATO CÔNICO TAMANHO 85 (PREF. PLÁSTICO), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	6,00	258,66	R\$ 1.551,96
9.2	COMP. 18	PLANTIO DE ROSAS TREPadeiras DE COR AMARELA E BRANCA, PLANTA ADULTA	UND	12,00	44,23	R\$ 530,76
CUSTO TOTAL DO ITEM 09						R\$ 2.082,72
10	PLANTIO DE MUDAS - VASOS SOBRE A LAJE DO ESPAÇO JK					
10.1	COMP. 19	VASO CLASSIC REDONDO TAMANHO 62 (PREF. PLÁSTICO), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	R\$ 268,06	R\$ 1.340,30
10.2	COMP. 20	VASO CLASSIC CÔNICO TAMANHO 90 (PREF. PLÁSTICO), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	R\$ 218,70	R\$ 1.093,50
10.3	COMP. 21	VASO GRAFIATO OVAL TAMANHO 58 (PREF. PLÁSTICO), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	R\$ 274,22	R\$ 1.371,10
10.4	COMP. 22	PLANTIO DE PALMEIRA LATÂNIA VERMELHA (LATANIA COMMERSOENII), ALTURA COM 1,00 M	UND	5,00	R\$ 451,82	R\$ 2.259,10
10.5	COMP. 23	PLANTIO DE MINI BAMBU (FARGESIA ADPESSE), ALTURA COM 60 CM	UND	5,00	R\$ 32,85	R\$ 164,25
10.6	COMP. 24	PLANTIO DE PALMEIRA GARRAFA (HYOPHORBE LAGENICULUS), ALTURA DE 80 CM	UND	5,00	R\$ 46,82	R\$ 234,10
10.7	COMP. 25	VASO CLASSIC REDONDO TAMANHO 33 (PREF. PLÁSTICO), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	15,00	R\$ 84,83	R\$ 1.272,45
10.8	COMP. 26	PLANTIO DE CLÍVIAS (CLÍVIAS MINIATA, PLANTA ADULTA	UND	30,00	R\$ 40,47	R\$ 1.214,10
CUSTO TOTAL DO ITEM 10						R\$ 8.948,90
11	SERVIÇOS GERAIS					
11.1	74223/001	MEIO-FIO (GUIA) DE CONCRETO PRE-MOLDADO, DIMENSÕES 12X15X30X100CM (FACE SUPERIORXFACE INFERIORXALTURAXCOMPRIMENTO),REJUNTADO C/ARGAMASSA 1:4 CIMENTO:AREIA, INCLUINDO ESCAVAÇÃO E REATERRO.	M	175,60	R\$ 40,26	R\$ 7.069,63
11.2	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	745,90	R\$ 8,11	R\$ 6.049,25
7.9	87894	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M2	74,40	R\$ 4,33	R\$ 322,15
7.10	87794	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	M2	74,40	R\$ 26,82	R\$ 1.995,41
7.11	COMP. 05	PEDRA DECORATIVA SAO TOME , *20 X *40 CM, E= *1,5 A *2,5 CM C/ARGAMASSA MISTA CIMENTO. CAL HIDRATADA E AREIA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	135,30	R\$ 98,03	R\$ 13.263,46
7.12	COMP. 06	RETIRADA E REASSENTAMENTO DE PISO EM PEDRA DECORATIVA, GRANITO OU MARMORE COM REAPROVEITAMENTO	M2	14,95	R\$ 32,71	R\$ 489,01
7.13	98671	PEDRA EM GRANITO APLICADO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS - COR BRANCA	M2	4,25	R\$ 328,14	R\$ 1.394,60
7.14	93393	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA, PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 20X20 CM, ARGAMASSA TIPO AC I, APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M2 NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M2	12,45	R\$ 31,43	R\$ 391,30
7.15	COMP. 07	PERGOLADO MADEIRA DE CUMARU TRATADO INCLUSO GRADE DE JARDIM E ENVERNIZAMENTO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	48,36	R\$ 241,63	R\$ 11.685,23
7.16	COMP. 09	CHAPA DE POLICARBONATO COMPACTA E= 3MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	48,36	R\$ 236,13	R\$ 11.419,25
7.17	MES-CON-005	CONJUNTO DE MESA E BANCOS DE CONCRETO PARA JOGOS (02 BANCOS EM ARCO COM D INTERNO = 130 CM E H = 43 CM E MESA COM D = 80 CM, E = 8 CM E H = 75 CM), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	10,00	R\$ 704,01	R\$ 7.040,10
7.18	74151/001	ESCAVAÇÃO E CARGA MATERIAL 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL * 13T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP.	M3	37,80	R\$ 2,47	R\$ 93,37
7.19	5914389 (SICRO 3)	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA	T X KM	921,38	R\$ 0,42	R\$ 386,98
7.20	URB-PAS-015	LANÇAMENTO E ESPALHAMENTO DE SOLO OU MATERIAL DE DEMOLIÇÃO EM ÁREA DE PASSEIO EXCLUSIVE APILOAMENTO	M3	37,80	R\$ 15,21	R\$ 574,94
7.21	COMP. 10	PLANTIO DE JASMIM ESTRELA, PLANTA ADULTA	UND	10,00	R\$ 40,48	R\$ 404,80
7.22	COMP. 11	PLANTIO DE ROSAS TREPadeiras DE COR ROSA OU VERMELHA, PLANTA ADULTA	UND	8,00	R\$ 38,90	R\$ 311,20
7.23	98520	APLICAÇÃO DE ADUBO EM SOLO. AF_05/2018	M2	65,80	R\$ 3,31	R\$ 217,80
CUSTO TOTAL DO ITEM 07						R\$ 58.197,59
8	PLANTIO DE MUDAS - COBERTURA DO BALAUSTRÉ					
8.1	COMP. 12	PLANTIO DE ALAMANDAS AMARELAS	UND	110,00	R\$ 27,27	R\$ 2.999,70
8.2	COMP. 13	PLANTIO DE ALAMANDAS ROXAS	UND	50,00	R\$ 22,54	R\$ 1.127,00

11.3	ED-8485	CONCRETO NÃO ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA COM BETONEIRA, CONTROLE "A", COM FCK 15 MPA, BRITA Nº (1 E 2), CONSISTÊNCIA PARA VIBRAÇÃO (FABRICAÇÃO)	M3	7,95	R\$ 277,26	R\$ 2.204,22
11.4	COMP. 03	LUMINARIA PARA JARDIM, INCLUSO 1 LAMPADA E GLOBO BRANCO LEITOSO, FORNECIMENTO	UND	25,00	R\$ 118,18	R\$ 2.954,50
11.5	72209	CARGA MANUAL, DESCARGA DE ENTULHO E TRANSPORTE EM CAMINHAO BASCULANTE 6M3 PARA BOTA FORA	M3	67,47	R\$ 19,39	R\$ 1.308,24
11.6	ELE-CXS-210	CAIXA DE PASSAGEM PARA PISO DO TIPO "ZB" 52X44X70CM - PASSEIO	UND	1,00	R\$ 365,12	R\$ 365,12
11.7	COMP. 08	BANCO DE JARDIM EM MADEIRA E PÉ DE FERRO TAMADUA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	20,00	R\$ 381,23	R\$ 7.624,60
CUSTO TOTAL DO ITEM 11						R\$ 27.575,56
TOTAL DA OBRA SEM BDI						R\$ 231.445,38
BDI (26,83%)						R\$ 62.096,80
TOTAL DA OBRA COM BDI						R\$ 293.542,18

ANEXO II - ESTUDOS PRELIMINARES

Contratação de Serviços de: Instalação de piso concregrama e revitalização da área verde - campus I

Área Demandante:Assessoria de Meio ambiente

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto se trata da contratação de empresa especializada em demolição e retirada de piso existente, instalação de novo piso no modelo concregrama, além de serviços complementares à revitalização da área verde e paisagística do campus I da UFVJM situado em Diamantina/MG.

SUPORTE LEGAL

A presente contratação observará os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520/00, Decreto nº 10.024/2019 e demais legislações pertinentes, bem como a disposição da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, que determina a elaboração de Estudos Preliminares e a observância do Planejamento Estratégico ou do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM.

Assim, a presente licitação deve ser precedida de Estudos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais à futura contratação de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

A observação da IN 05/2017 é obrigatória pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). O SISG foi instituído pelo Decreto 1.094 de 1994, sendo integrado pelos órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional:

Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.

§ 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo.

[...]

Art. 2º O SISG compreende:

I - o órgão central, responsável pela formulação de diretrizes, orientação, planejamento e coordenação, supervisão e controle dos assuntos relativos a Serviços Gerais;

II - os órgãos setoriais, unidades incumbidas especificamente de atividades concernentes ao SISG, nos Ministérios e órgãos integrantes da Presidência da República;

III - os órgãos seccionais, unidades incumbidas da execução das atividades do SISG, nas autarquias e fundações públicas.

Nesse sentido, aplica-se o disposto na Instrução Normativa 05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, sendo que as contratações públicas devem ser realizadas observando as seguintes fases:

(...)

Art. 19. As contratações de serviços de que tratam esta Instrução Normativa serão realizadas observando-se as seguintes fases:

I - Planejamento da Contratação;

II - Seleção do Fornecedor; e

III - Gestão do Contrato.

Parágrafo único. O nível de detalhamento de informações necessárias para instruir cada fase da contratação deverá considerar a análise de risco do objeto contratado.

(...)

Quanto a fase do Planejamento da Contratação a referida Instrução Normativa determina que:

(...)

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico.

(...)

§ 4º Os órgãos e entidades poderão simplificar, no que couber, a etapa de Estudos Preliminares, quando adotados os modelos de contratação estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 5º Podem ser elaborados Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos comuns para serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade.

(...)

O termo de referência será elaborado pelo setor requisitante, conforme dispõe o art. 29 da IN 05/2017, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco, a depender da temporalidade da contratação. Deverão ser utilizadas as minutas padronizadas da AGU.

Art. 29. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V, bem como os Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

§ 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o **caput**, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

§ 2º Cumpre ao setor requisitante a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco, a depender da temporalidade da contratação, observado o disposto no art. 23.

Continuando, cita-se o artigo 24 da IN 05/2017 que disciplina sobre os Estudos Preliminares, senão vejamos:

(...)

Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes do Anexo III.

§ 1º O documento que materializa os Estudos Preliminares deve conter, quando couber, o seguinte conteúdo:

I - necessidade da contratação;

II - referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;

V - levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativas de preços ou preços referenciais;

VII - descrição da solução como um todo;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;

X - providências para adequação do ambiente do órgão;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes; e

XII - declaração da viabilidade ou não da contratação.

§ 2º Os Estudos Preliminares devem obrigatoriamente conter o disposto nos incisos I, IV, VI, VIII e XII do parágrafo anterior.

§ 3º O órgão ou entidade deverá apresentar justificativas no próprio documento que materializa os Estudos Preliminares quando não contemplar quaisquer dos incisos de que trata o § 1º deste artigo;

§ 4º Nas contratações que utilizem especificações padronizadas, em atenção ao § 4º do art. 20, a equipe de Planejamento da Contratação produzirá somente os conteúdos dispostos nos incisos do § 1º deste artigo que não forem estabelecidos como padrão.

(...)

Esclarece, ainda, que a presente contratação tem como objeto a demolição e retirada de piso existente, instalação de novo piso no modelo concregrama, além de serviços complementares à revitalização da área verde e paisagística do campus I da UFVJM, o que se pode caracterizar como serviço comum de engenharia.

Portanto, a presente contratação trata-se de prestação de serviço comum de engenharia, de forma que aplica-se o disposto na Lei 10.520/2000, bem como subsidiariamente a Lei 8666/93, que descreve o que é um serviço em seu inciso II do artigo 6º, senão vejamos:

(...) II – Serviço – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais; (...)

Assim, o artigo 6º, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, estabelece as definições de obras e serviços e o Manual de Obras e Serviços de Engenharia – Advocacia-Geral da União, assim explicita “O Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU segue o mesmo raciocínio e propõe a seguinte solução Item 83.4):

1. Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;
2. Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão.

A distinção é relevante para a escolha da modalidade licitatória cabível, vez que apenas os serviços comuns de engenharia podem e devem ser obrigatoriamente licitados por meio de pregão, de modo que o órgão técnico deverá analisar cuidadosamente as características da atividade a ser contratada a fim de corretamente caracterizá-la como obra ou serviço de engenharia e fundamentar convincentemente a decisão adotada”. (SILVA FILHO, Manoel Paz. **Manual de obras e serviços de engenharia: fundamentos da licitação e contratação**. Brasília: AGU, 2014, p. 9-12. Disponível em www.agu.gov.br/page/download/index/id/28095642)

Nesse sentido, contratação de serviços comuns de engenharia pode ser considerada aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nos termos da Súmula 257/2010 – TCU: O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

Acrescenta-se a aplicação da Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

Corroborando com o acima descrito cita-se o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado pela Advocacia-Geral da União.

Em tempo, informa-se que os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFVJM, não inerentes as categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Constituirão ainda o referencial normativo da presente contratação os seguintes normativos legais:

- **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993:** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- **Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994:** Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências.

- **Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010:** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.

- **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

- **Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013:** Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

- **Instrução Normativa 10, de 12 de novembro de 2012:** Estabelece regras para elaboração dos Planos de Logística Sustentável

- **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

- **Instrução Normativa 05, de 27 de junho de 2014:** Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

- **Instrução Normativa 05, de 29 de maio de 2017:** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;

- **Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018:** Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

- **Instrução Normativa Seges/ME 01, de 10 de janeiro de 2019:** Dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;

- **Acórdão 713/2019 - Plenário TCU** - [São considerados serviços comuns, tornando obrigatória a utilização do pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, os serviços de engenharia consultiva com padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado \(art. 1º da Lei 10.520/2002 c/c art. 4º do Decreto 5.450/2005\).](#)

- **Acórdão 980/2018 - Plenário TCU** - [É irregular o uso da modalidade pregão para licitação de obra, sendo permitido nas contratações de serviços comuns de engenharia.](#)

- **Acórdão 505/2018 - Plenário TCU** - [Na aquisição de serviços comuns de engenharia, a Administração deve utilizar obrigatoriamente a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, devendo justificar a inviabilidade dessa forma caso adote o pregão presencial.](#)

A contratação se sujeita ainda aos demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

Importante destacar a necessidade da contratação estar alinhada com o Planejamento Estratégico da instituição conforme art. 1º da IN 05/2017:

As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber: [...]

III - o **alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão ou entidade**, quando houver.

Verificamos que o objeto da presente contratação foi devidamente autorizado para ser incluído no Plano Anual de Contratações 2020, conforme documento SEI 0104379

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o Documento SEI (0102346), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri recebeu recurso a título de emenda parlamentar (40160005) do deputado federal Hercílio Coelho Diniz (MDB / MG), no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) que foi destinado para o calçamento da área interna do campus de Diamantina em Minas Gerais por meio de contratação de pessoa jurídica para calçamento da parte interna do Campus I com material do tipo “Concregrama” em área total aproximada de 540,37 m², tendo como prazo para empenho da referida emenda até o dia 25 de junho de 2020.

A presente contratação visa atender demanda apresentada pela Assessoria de Meio Ambiente, na qual tem como objeto a contratação dos serviços de empresa especializada em demolição e retirada de piso existente, instalação de novo piso no modelo concregrama e plantio de placas de gramas, se faz necessária para a execução do Projeto Paisagístico do Campus I aprovado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além da instalação do piso do tipo concregrama, é objeto dessa execução o plantio de mudas, árvores, e revitalização da área verde e de convivência do campus I, de forma a complementar o projeto paisagístico.

Segundo a Procuradoria Geral Federal (PGF), responsável pelo processo que arrola a UFVJM na adequação do Campus I, no que se refere às áreas verdes, cabe a universidade a execução deste projeto. Esta etapa (execução do Projeto) coloca fim neste antigo processo e trás, além de harmonia entre as instituições envolvidas, o bem estar aos usuários do Campus I, proporcionado pelo incremento do percentual de áreas verdes do Campus em atendimento ao exigido pelo IPHAN. Desta forma, fica evidente que iremos cumprir o nosso dever e toda a comunidade irá se beneficiar do conforto térmico, beleza cênica e de todas as melhorias ambientais trazidas pelo aumento de áreas verdes no Campus I.

A contratação de empresa para realização dessa obra se faz necessária por se tratar de serviço especializado que apresenta particularidades de execução, apresentar um grande volume de serviço e equipamentos característicos. Ademais a UFVJM vem passando por um processo de redução orçamentária e corte de mão de obra terceirizada, caso fosse optar por desenvolver o projeto com sua própria equipe, ela estaria numa posição de dificuldades no tocante ao cumprimento pleno do Projeto num espaço de tempo mais adequado. Com isso, não há viabilidade de ser executado por pessoal próprio e/ou colaboradores terceirizados da UFVJM.

Ademais, a contratação de uma empresa especializada nos permite que tenhamos resultados mais eficientes, com qualidade de serviço e materiais e, tudo isso, num espaço de tempo incomparável ao que poderia ser realizado pela própria equipe da UFVJM.

A responsabilidade de realização dessa obra e realização do objeto proposto é da instituição, não cabendo ao IPHAN qualquer ação executória para atendimento às recomendações.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do Anexo III da IN 05/2017, no item 3.3 prevê os requisitos da contratação, senão vejamos:

1. Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade;
2. No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não;
3. Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada;
4. Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a decisão;
5. Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;
6. Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.

Dando continuidade, abaixo estão discriminados os requisitos da presente contratação.

REQUISITOS GERAIS

Primeiramente, a empresa deve ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço.

Destaca-se que para a comprovação à qualidade técnico-operacional, serão exigidos os seguintes documentos:

1. atestado(s) (ou declaração(ões) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços com objeto similar ao dessa contratação;
2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.;
3. Indicação do nome deste R.T., responsável pela execução das obras, devidamente comprovada através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho;
4. Registro da Empresa no CREA ou CAU, bem como do Responsável Técnico pela execução da obra.
5. Relação explícita e declaração formal da disponibilidade para cumprimento das exigências mínimas relativas às instalações de canteiros, máquinas, equipamentos, transporte e alojamento para pessoal, pessoal técnico especializado considerado essencial para o cumprimento do objeto da Licitação;
6. Declaração de que recebeu e tomou conhecimento de toda documentação necessária à elaboração da proposta.
7. Declaração de que tem conhecimento de todas as peculiaridades e condições locais, com vistas à execução do objeto da Licitação em epígrafe, bem como as condições de acesso, instalação do canteiro, depósito, alojamento, água, energia, mercado de materiais e disponibilidade de mão-de-obra etc.
8. Comprovação de capital social maior ou igual a 10% (dez por cento) do valor previsto da obra, através de Contrato Social ou alterações, devidamente registrado em órgão competente.

NATUREZA DO SERVIÇO

A contratação refere-se a ***serviço não continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra***, sendo que nos termos do artigo 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, pode ser definido como serviços não continuados ou contratados por escopo como “aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Nas demandas de serviços serão observados, com relação a sustentabilidade, os seguintes requisitos definidos pela Lei 8.666/1993 e suas alterações:

I - segurança;

II - funcionalidade e adequação ao interesse público;

III - economia na execução, conservação e operação;

IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade do serviço;

VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;

VII - impacto ambiental.

Além disso, deve-se observar os requisitos definidos pelo Decreto 7.746/2012 e suas alterações:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLT/MPOG n.º 01, de 19/01/2010, assim como exercer práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência, conforme disposto e orientado pelo Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – da Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) – DECOR/CGU/AGU de 2020.

Importante mencionar que os materiais a serem utilizados devem ser de primeira qualidade, certificados pelo INMETRO, o que será devidamente fiscalizado antes do início da execução, bem como deve observar as normas técnicas e aplicáveis ao objeto do presente contrato.

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

No presente caso fica vedado as empresas concorrerem ao certame por meio de consórcio, considerando que se trata de serviço de baixa complexidade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado é “de alta complexidade ou vulto”, o que não é o caso do objeto sob exame, tendo em vista sua natureza e classificação como serviço comum.

DURAÇÃO DOS CONTRATOS

Os serviços serão contratados para uma prestação de serviço específico em um período predeterminado e que somente poderá ser prorrogado justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93.

Nesse sentido, o objeto a ser licitado por não possuir natureza continuada não haverá necessidade de prorrogação contratual para além do prazo previsto no futuro cronograma de execução dos serviços, salvo em situações excepcionais previstas em lei.

ÍNDICE DE REAJUSTE DOS CONTRATOS

Considerando que o presente objeto de contratação se trata de serviço de engenharia, a Administração justifica a aplicação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC.

TRANSIÇÃO CONTRATUAL

Tendo em vista a particularidade do serviço a ser contratado não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

SOLUÇÕES DE MERCADO

A prestação dos serviços comuns de engenharia por meio da contratação de empresa especializada é atendida por inúmeras empresas do mercado, não existindo restrição de fornecedores para a prestação dos serviços.

REQUISITOS SUPLEMENTARES

Em anexo ao processo estão disponibilizados os seguintes documentos:

- Planilha sintética 0105933 anexo I desse termo de referência
- Planilha analítica 0105940
- Cronograma 0105943
- ART de elaboração da planilha 0106440
- Memorial descritivo 0106800
- Especificação técnica 0106803
- Orçamentos/ Pesquisa de mercado 0106533
- Projeto básico 0105950
- Declaração de composição de custos 0105893
- Declaração de legalidade das pesquisas 0105901
- BDI 0105958
- Encargos Sociais 0105963

O critério de julgamento da licitação será o de Menor Preço sobre o valor disponível para contratação.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIO E DE CUSTOS

A UFVJM deve elaborar a planilha de custos e formação de preços de acordo com as peculiaridades do serviço de engenharia a ser realizado e, ainda, em compatibilidade com um dos regimes de execução previstos na Lei nº 8.666, de 1993: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, empreitada integral

As planilhas utilizadas deverão conter a descrição completa de cada um dos insumos utilizados, a indicação do código SINAPI, SETOP e SICRO3 (ressalvados apenas aqueles não contemplados no sistema), as respectivas unidades de medida, a composição dos custos, os coeficientes de produtividade e os valores resultantes (composição analítica), em compatibilidade com as especificações dos serviços estabelecidos no presente documento, em conformidade com o Decreto nº. 7.983, de 2013, em seu artigo 2º.

Também deverá constar a composição detalhada do BDI, nos termos do Decreto nº. 7.983, de 2013, art. 9º), sendo que o orçamento será confeccionado com base na tabela SINAPI desonerada, UF Minas Gerais, referente ao mês da licitação, ao final acrescido do valor de BDI, devendo estas informações estar devidamente consignadas no futuro contrato celebrado entre as partes.

REGIME DE EXECUÇÃO

Deve-se observar que o regime de execução por preço unitário destina-se aos empreendimentos que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Portanto, é especialmente aplicável aos contratos que podem ser divididos em unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração.

São exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; reforma de edificações; e construção de poço artesiano.

Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global/integral, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos. Assim, pode-se afirmar que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global diminui à medida que se eleva o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado (Ver TCU, Ac n. 1.977/2013-Plenário, Item 29)

Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:

- a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;
- b) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;
- c) nas situações em que, mesmo diante de objeto com imprecisão intrínseca de quantitativos, tal qual asseverado na letra “b” supra, se preferir a utilização da empreitada por preço global, deve ser justificada, no bojo do processo licitatório, a vantagem dessa transferência maior de riscos para o particular - e, consequentemente, maiores preços ofertados - em termos técnicos, econômicos ou outro objetivamente motivado, bem assim como os impactos decorrentes desses riscos na composição do orçamento da obra, em especial a taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário).

Considerando o exposto acima em relação ao regime de execução por preço unitário, a administração opta pelo referido regime. A escolha se dá principalmente porque a troca de piso e plantio de grama foram estimados em m², a execução em si pode apresentar pequena variação em relação ao estimado. Os serviços complementares a troca de piso, como pintura, execução de meio fio e demais execuções civis, podem apresentar também pequena variação em relação ao estimado. Os plantios de árvores e mudas por sua vez são por unidade. A opção pela execução por preço unitário é mais viável para esse tipo de execução, em que será medido e pago exatamente o que for executado.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

Como se trata de serviços não contínuos de engenharia para demolição e retirada de piso existente, instalação de novo piso no modelo concregrama e plantio de placas de gramas para o campus I da UFVJM situado em Diamantina/MG, apresenta-se abaixo a área a ser realizado o objeto contratado.

A área total do campus I da UFVJM a ser modificada é de aproximadamente 2.000 m², sendo que aproximadamente 600 m² são de instalação de piso do tipo concregrama e o restante, aproximadamente 1400 m², serão para plantio de placas de grama. A maior parte da área a ser modificada necessitará de ter seu piso atual removido para a instalação do novo e/ou do plantio da grama.

Para complementar o projeto paisagístico, será feito o plantio de algumas espécies de árvores, instalação de pergolado, incremento de vasos com trepadeiras e algumas plantas ornamentais, instalação de bancos em algumas áreas verdes, além de execução de meio-fio para o acabamento da área modificada.

O quantitativo estimado para a execução foi levantado a partir de projeto e planilhas elaborados a partir das exigências mínimas feitas pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, juntamente com as diretrizes e requisitos da UFVJM. Os quantitativos estão discriminados na planilha orçamentária.

O valor final estimado para a obra foi estabelecido através de bancos de dados governamentais referentes a preços de insumos utilizados em obras para a região em questão, no caso Diamantina no estado de Minas Gerais. O custo unitário de referência dos insumos foi obtido com base no SINAPI, SETOP e SICRO3, o que atende ao disposto na IN 005/2014/SLTI. Os insumos que não constam nas bases citadas foram levantados através de pesquisa de mercado.

Com base no descrito acima obteve-se um valor estimado de R\$ 293.542,18.

Seguem anexos ao processo a declaração de composição de custos (SEI! 0105893) e a declaração de legalidade das pesquisas (SEI! 0105901).

ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

A UFVJM já realizou um sistema de registro de preços para futura e eventual contratação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, a serem prestados de forma não contínua e sem dedicação de mão de obra exclusiva, para atender as necessidades de manutenção e adequação de infraestrutura nos campi da UFVJM em Diamantina, Curvelo, Couto Magalhães, Unaí, Janaúba e Teófilo Otoni. Sendo que a presente contratação far-se-á mediante pregão eletrônico, diante da demanda já existente.

Atualmente a UFVJM conta com um contrato de terceirizados, para manutenção, no entanto, este contrato não prevê os materiais, os equipamentos e demais particularidades adequadas para a completa prestação do serviço.

LEVANTAMENTO DE ALTERNATIVAS – ALTERNATIVA 01

Realizar a contratação de empresa especializada, através do sistema de registro de preços, para realização de serviços sob demanda de manutenção para o projeto paisagístico.

LEVANTAMENTO DE ALTERNATIVAS – ALTERNATIVA 02

Realizar a troca e instalação através da equipe de manutenção de serviços terceirizados da própria UFVJM. Além da contratação faz-se necessário a aquisição de equipamentos e materiais adequados para a completa prestação do serviço.

LEVANTAMENTO DE ALTERNATIVAS – ALTERNATIVA 03

Realizar processo licitatório para contratação de empresa especializada, através de pregão tradicional para dar vazão a demanda urgente, cujo recurso disponibilizado tem prazo de validade.

JUSTIFICATIVA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A contratação de empresa através de SRP não é viável considerando que o sistema de registro de preços para a modalidade serviços comuns em engenharia ainda está em fase de planejamento e não se encontra em vigência.

A manutenção através dos serviços terceirizados é inviável neste momento, considerando que a atual contratação não dispõe de profissionais especializados para esse tipo de execução. Ademais, a equipe de terceirizados não dispõe de todos os equipamentos necessários para esse tipo de execução. Mesmo que a equipe atendesse aos requisitos descritos, os materiais para a execução também deveriam ser adquiridos.

Tendo em vista que tal execução requer certa urgência e que é imprescindível a brevidade nas modificações a serem feitas, a licitação para contratação de empresa especializada para prestar este serviço trará agilidade e atenderá às exigências em menor prazo.

Solução escolhida: Alternativa 03

ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇOS REFERENCIAIS

Para estimativa do preço a equipe de Engenheiros da UFVJM utilizou como base o Decreto 7.893/2013 que estabelece regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da administração pública federal para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

O projeto paisagístico já havia sido elaborado previamente, a partir dele foram levantados os quantitativos necessários para sua execução. A planilha orçamentária é elaborada através dos quantitativos levantados a partir dos projetos básico e complementares.

O custo unitário de referência foi obtido com base no SINAPI, SETOP e SICRO3, o que atende ao disposto na IN 005/2014/SLTI.

Em anexo estão disponibilizados os seguintes documentos: planilha sintética, planilha analítica, cronograma e a ART de elaboração da planilha e do memorial descritivo e especificação técnica.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO

Contratação de empresa especializada para Instalação de piso concregrama e plantio de grama do campus I da UFVJM – Diamantina (MG)

Os serviços incluem retirada de piso existente, instalação de piso do tipo concregrama e plantio de grama nos locais onde houveram retirada de piso. Além disso, está inclusa a revitalização da área de verde e da área de convivência que é objeto desse serviço. Essa revitalização inclui o plantio de mudas, plantio de árvores, instalação de mesas, bancos, de um pergolado e pequenos reparos e acabamentos do espaço em questão.

O projeto foi elaborado de forma a atender as exigências feitas pelo IPHAN referente aos requisitos mínimos de área verde que o campus I deve atender, visto que o local é tombado. A planilha orçamentária e o cronograma de execução elaborados pela Diretoria de Infraestrutura se divide nos seguintes itens:

- Execução de piso intertravado em concregrama.

- Execução de plantio de grama.
- Plantio de árvores.
- Revitalização do espaço JK - parte superior.
- Plantio de mudas: Cobertura dos balaustres, coreto e vasos sobre a laje do espaço JK.
- Serviços gerais.
- Administração local / mobilização e canteiro de obras.

Demais orientações e descrições dos serviços, podem ser obtidas no memorial descritivo de procedimentos (SEI! 0106800).

JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO AO NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto, no entanto, não se aplica a presente demanda, sendo necessário o agrupamento dos itens em uma única contratação, uma vez que se trata de solução integrada. Não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. Não haverá restrição à competitividade, uma vez que os serviços admitem a ampla participação de licitantes, considerando que se trata de serviço comum a toda e qualquer empresa na área de eletricidade. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento e segue-se à licitação com os itens agrupados conforme planilha dos serviços em anexo.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Benefícios Diretos: Execução ágil, atendimento aos órgãos de controle e às exigências estabelecidas.

Benefícios indiretos: Satisfação do público em geral.

PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizados por esta Equipe de Planejamento, **DECLARAMOS** que:

(x) **É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante.

() **NÃO É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante.

A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 005/2017/SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS PRESENTES ESTUDOS PRELIMINARES:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

(x) As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO**, nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

RESPONSÁVEIS - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Leon Cândido de Oliveira - 1547696	Marcus Vinícius Felix - 2169331	Celmo Aparecido Ferreira - 2582565
------------------------------------	---------------------------------	------------------------------------

(assinado eletronicamente)

(assinado eletronicamente)

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Celmo Aparecido Ferreira, Assessor(a)**, em 07/08/2020, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0143821** e o código CRC **9E8E503A**.